



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6703/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.33.000.003453/2012-33

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

PROCURADORA OFICIANTE: ANALÚCIA HARTMANN

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI N. 9.605/98, ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, C/C ART. 36). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC 75/93, ART. 62, IV). ATO TENDENTE À PESCA. EQUIPARAÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar suposto crime previsto no art. 34 c/c o art. 36 da Lei n. 9.605/98, tendo em vista que o noticiado foi encontrado em área de extração de berbigões, com instrumentos permitidos aos pescadores profissionais.
2. O Membro do MPF oficiante promoveu o arquivamento por entender que houve, no caso, apenas irregularidade administrativa, considerando que não foi encontrado qualquer berbigão com o investigado.
3. De acordo com art. 36 da Lei n. 9.605/98, no conceito de pesca se inclui qualquer ato tendente "*a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico*".
4. Dessa forma, considerando que o investigado ingressou em unidade de conservação federal com todo o material preparado para pesca, verifica-se que sua conduta se amolda ao conceito de atos tendentes à pesca, previsto no art. 36 da Lei n. 9.605/98.
5. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir nas investigações.

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar suposto crime previsto no art. 34 c/c o art. 36 da Lei n. 9.605/98, tendo em vista que o noticiado foi encontrado em área de extração de berbigões, com instrumentos permitidos aos pescadores profissionais.

O Membro do MPF oficiante promoveu o arquivamento por entender que houve, no caso, apenas irregularidade administrativa, considerando que não foi encontrado qualquer berbigão com o investigado.

Os autos foram encaminhados a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, IV, da LC 75/93.

Esse foi o breve relatório.

O suposto crime em análise encontra-se previsto no art. 34, parágrafo único, inciso II, c/c o art. 36, ambos da Lei n. 9.605/98. Confira-se:

Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

.....
II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou **mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;**

Art. 36. Para os efeitos desta Lei, **considera-se pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora.**

Veja-se que de acordo com esse último artigo o ato de pescar também corresponde a qualquer **ato tendente** “*a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico*”. Dessa forma, pode-se inferir que os atos tendentes à pesca também são passíveis de se enquadrar no tipo penal.

Dessa forma, considerando que o investigado ingressou em unidade de conservação federal com todo o material preparado para pesca, verifica-se que sua conduta se amolda ao conceito de atos tendentes à pesca, previsto no art. 36 da Lei n. 9.605/98.

Pelo exposto, voto pela designação de membro do Ministério Público Federal para prosseguir nas investigações.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais para cumprimento. Cientifique-se o Procurador da República oficiante.

Brasília, 9 de setembro de 2013.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR

/DT